Territórios ancestrais: agricultura urbana e sociobiodiversidades na cidade de São Paulo

Itikawa, Luciana Fukimoto[1]; Souza, Helen Evelin[2]

[1] Doutora em Arquitetura e Urbanismo, pesquisadora colaboradora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. luciana.itikawa@gmail.com.

[2] Geoógrafa e especialista em Áreas Naturais Protegidas e Emergências Climáticas, Univeridade de São Paulo, helen.souza@usp.br.

Sessão Temática (ST): ST3: Paisagens e paisagismos

RESUMO: A pesquisa investiga a agricultura urbana e periurbana (AUP) da cidade de São Paulo a partir da perspectiva do patrimônio cultural e ambiental, enfatizando sua relação com saberes ancestrais afrodescendentes e indígenas, agroecologia e justiça territorial. A pesquisa articula análise espacial, levantamento de campo e oficinas participativas, buscando compreender como as hortas urbanas periféricas transcendem a produção de alimentos e configuram modos de vida sustentados por valores comunitários, religiosos, culturais e ambientais. Os achados demonstraram que a AUP na cidade de São Paulo vai muito além da segurança alimentar: podem ser reconhecidas como importante equipamento socioecológico por colaborarem para o resfriamento do microclima urbano e periurbano local, por alimentarem física e espiritualmente suas comunidades e por serem bibliotecas e matrizeiros de espécies raras e bancos de sementes, sobretudo crioulas.
PALAVRAS-CHAVE: interseccionalidade; decolonialidade; ancestralidade; agroecologia; patrimônio

Ancestral Territories: Urban Agriculture and Sociobiodiversities in the City of São Paulo

ABSTRACT: *The research examines urban and peri-urban agriculture (AUP) in the municipality of São Paulo from the perspective of cultural and environmental heritage, emphasizing its relationship with ancestral knowledge of Afro-descendant and Indigenous communities, agroecology, and socio-environmental justice. The research combines spatial analysis, field surveys, and participatory workshops, seeking to understand how urban gardens in the city's outskirts transcend food production and shape ways of life sustained by community, religious, cultural, and environmental values. Findings demonstrated that urban vegetable gardens in the city of São Paulo go far beyond food security: they can be recognized as important socio-ecological infrastructure because they help cool the local urban and peri-urban microclimate, nourish their communities both physically and spiritually, and serve as repositories and breeding grounds for rare species and seed banks, particularly native varieties.*

KEYWORDS*: intersectionality; decoloniality; ancestry; agroecology; heritage*

INTRODUÇÃO

O projeto Estudo Integrado da Agricultura Urbana como Patrimônio (INSUAH) é uma cooperação internacional entre Brasil, Alemanha, Cuba, Indonésia e Japão, desenvolvido na Universidade de São Paulo entre 2022 a 2026. A equipe de pesquisa no Brasil optou por adotar perspectivas decoloniais e interseccionais porque o legado colonial menospreza o conhecimento e as culturas dos povos e comunidades tradicionais, sejam originários ou de matriz africana; bem como hierarquiza saberes por raça/etnia, gênero, classe, etc. Esse fenômeno de apagamento dos modos de vida tradicionais é o cerne do racismo ambiental, seja nas regiões mais afastadas onde se localizam os povos da mata, quanto nas cidades e nas costas. Dessa forma, torna-se uma violência silenciosa que impacta corpo e território, perpetuando um ciclo de desigualdade (Carneiro, 2016; Gonzalez, 2018)

METODOLOGIA

O projeto utilizou indicadores específicos da tipologia "Sistemas Agrícolas de Importância Global como Patrimônio" (GIAHS) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para um levantamento em 13 hortas urbanas entre 2022 e 2026 nas periferias leste e sul da cidade de São Paulo. Além disso, analisou 1311 hortas que compõem o programa de AUP municipal, do ponto de vista climático, urbano e ambiental, conforme vemos abaixo nos mapas. A metodologia de pesquisa combinou análise espacial por geoprocessamento, co-produção do conhecimento por meio de vivência-imersão por três meses em cada horta, oficinas coletivas de etnobotânica, caravanas aos quilombos e aldeias indígenas, experiências cruzadas entre hortas, mutirões de cultivo e manejo, capacitação de sementes crioulas, participação em espaços de negociação de políticas públicas, viagens de conferência, feiras e rodas de conversa sempre com as agricultoras, pesquisadores, técnicos e gestores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O legado de valores coloniais que se manifestam na reprodução de racismo e sexismo estrutural é traduzido em políticas públicas que não reconhecem as soluções milenares que conjugam o cultivo e a preservação ambiental, a segurança e a soberania alimentar da comunidade, sobretudo mulheres pretas, pardas e indígenas periféricas. Os estudos demonstraram o que aparentemente seriam coincidências territoriais, quando na verdade são resultado da segregação socioespacial e racismo ambiental. Tal apartação geográfica dessas comunidades empurradas às áreas periféricas resultou, de um lado, em inúmeros fatores de degradação de seus territórios e exposição a riscos ambientais; de outro, em uma rica concentração de saberes ancestrais, preservação de espécies, sementes crioulas raras e abastecimento de alimentos frescos e saudáveis no território.

Políticas genéricas que não abordam as especificidades de raça, etnia, gênero e localização correm o risco de serem ineficazes e injustas por não integrarem esses saberes e esforços comunitários e, em última instância, reproduzirem o racismo ambiental. Um exemplo de política genérica é a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que exclui os saberes ancestrais das comunidades tradicionais. Muitos relatos da(o)s agricultora(e)s da pesquisa evidenciaram que os agentes de ATER não compreendem que o cultivo deve respeitar as fases da Lua, que sementes e espécies crioulas precisam ser consagradas pelas divindades antes de serem consumidas e que até mesmo o ato de comercializar a produção para algumas comunidades não é praticado, por entenderem que a terra produz para nutrir o corpo e alma. Desta forma, não deve haver uma receita-base de uma política única de atendimento técnico às hortas: é necessário ouvir, conviver e aprender com outras epistemologias. Isso reforça a necessidade de um novo paradigma no desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam e

valorizem o conhecimento e os modos de vida mais sustentáveis dessas populações negras e indígenas periféricas.

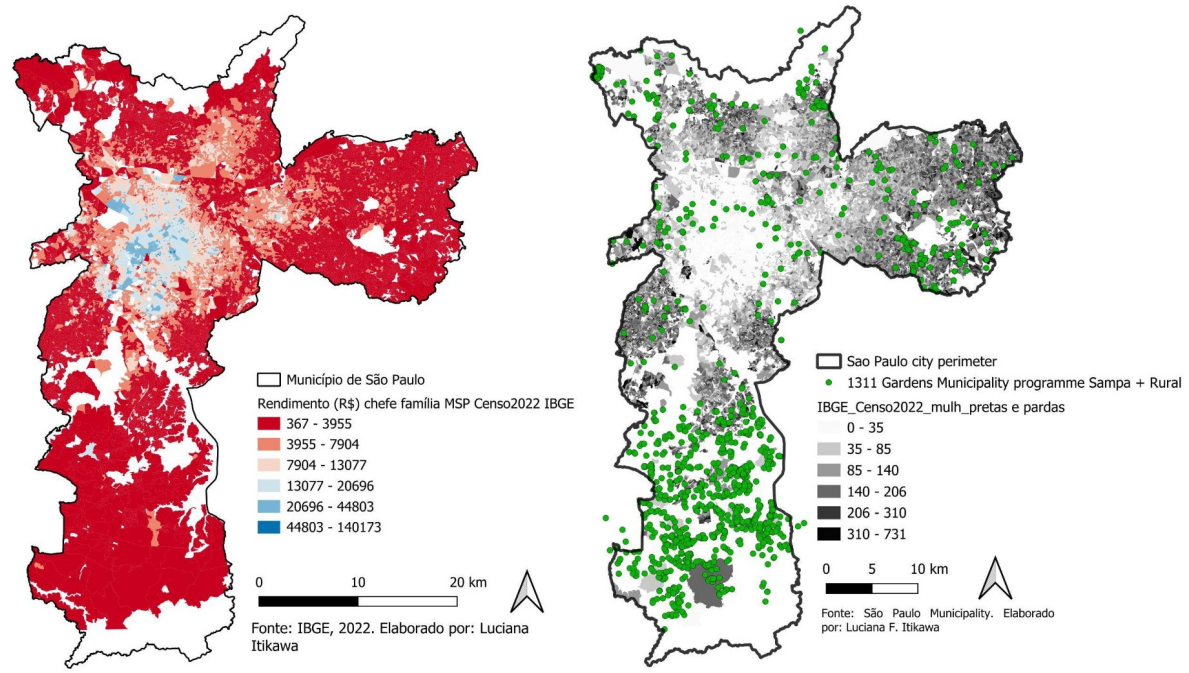
Ao longo de 4 anos de pesquisa: três frentes simultaneamente foram desenvolvidas: primeiro, um levantamento pormenorizado em 13 hortas nos território sul e leste da capital paulista, a partir do registro das características da paisagem local, da segurança alimentar da comunidade, das redes sociais de organização e acesso a políticas públicas, bem como das características pessoais da(o)s agricultora(e)s. Realizamos também inventários de espécies de patrimônio a partir das suas memórias de vida e dos saberes herdados dos seus antepassados. Nesses inventários que chamamos de "Cadernos de Sociobiodiversidades", uma das perguntas centrais foi: *"qual planta você considera ser de coração e qual se identifica com seu povo e suas memórias de vida e de seus ancestrais?".* Os saberes medicinais, religiosos e culturais do cultivo, portanto, vinham à tona para além do aspecto nutricional. Em segundo lugar, a pesquisa organizou e participou de inúmeras atividades coletivas com trocas de experiências em diferentes espaços acadêmicos, de agricultores, de gestores e em comunidades tradicionais: trocas e formações sobre sementes crioulas, intercâmbios das hortas da cidade até os quilombos e aldeias indígenas mais próximos, participação com as agricultoras em seminários e espaços de negociação coletiva de políticas públicas, entre outros.

Em terceiro lugar, a pesquisa analisou as hortas do programa municipal de agricultura, à luz dos marcadores de raça/etnia, gênero, classe, meio ambiente, clima, etc., conforme vemos abaixo. Os dois primeiros mapas a seguir fornecem evidências de segregação socioespacial por renda, raça/etnia, a partir dos dados do Censo de 2022 (IBGE, 2023)[1]. Enquanto o Mapa A mostra que as periferias concentram os chefes de família de menor renda; no Mapa B vemos a concentração das hortas do programa municipal nas periferias, nos locais de concentração de mulheres pretas e pardas. O Mapa C mostra as unidades de conservação de uso sustentável, proteção integral e as linhas de transmissão de energia elétrica, muitas delas ocupadas por hortas. Neste mapa destacamos as 13 hortas onde foram feitos os inventários de sociobiodiversidades. O Mapa D é um estudo em parceria com o Instituto de Astronomia e Geofísica da USP (IAG-USP) que comparou as temperaturas de superfície de 1311 hortas do programa municipal com a temperatura média urbana da Região Metropolitana de São Paulo. A análise da série histórica de 40 anos, entre 1985 a 2024 demonstrou que há uma diferença que oscila de 6,4º C até 7,4º C ao longo das quatro décadas entre as hortas e o tecido urbano. O Mapa D mostra a última década (2015-2024) com uma diferença de até 7,01º C.

[1] IBGE publicou em 2023 os resultados de dados sobre raça, etnia e gênero do Censo de 2022.

Figura 1. Mapa A: renda chefe de família por setor censitário, 2022; Mapa B: Mulheres Pretas e Pardas (em tons de cinza) e 1311 hortas do Programa Sampa + Rural (pontos verdes)

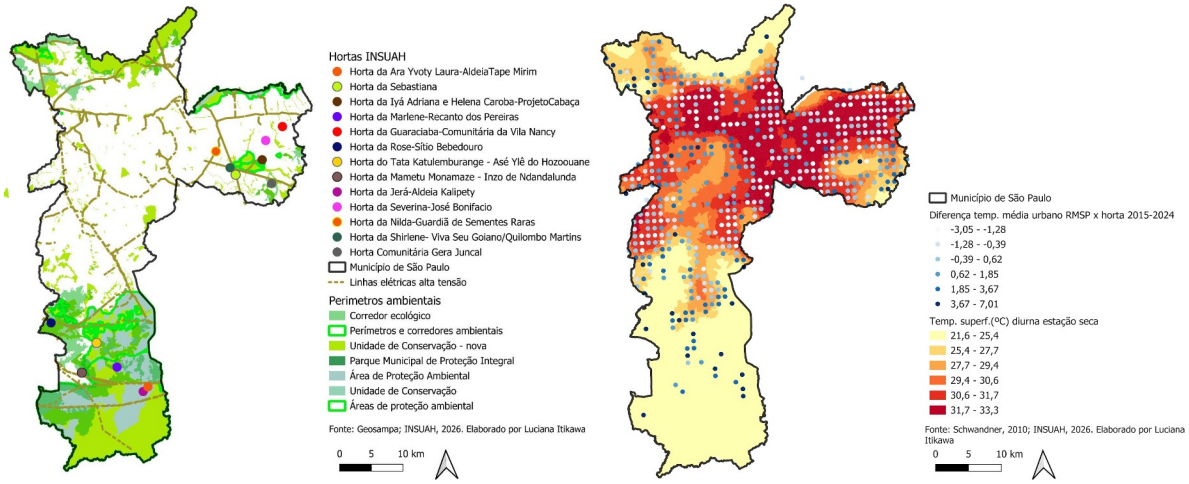
Mapa A **Mapa B**



Fonte: Censo Universo 2022 do IBGE, 2023. Programa Sampa + Rural, 2024

Figura 2. Mapa C: Unidades de Conservação Ambiental e linhas de transmissão de energia elétrica; Mapa D: Diferença de temperatura entre as 1311 hortas e a média urbana (2015-2024) .

Mapa C **Mapa D**



Fonte: Geosampa, 2024; Censo Universo 2022 do IBGE, 2023. IAG, 2024.

Figura 3. Mosaico de fotos de seis das treze hortas pesquisadas (pontos nos mapas C e D). Na zona leste, 1ª linha acima, da esquerda para a direita: Horta Comunitária Vila Nancy/Guaraciaba de Araújo; Horta Projeto Cabaça: Iyá Adriana de Nanã e Helena Caroba; Horta Viva Seu

Goiano/Quilombo Martins, Karina e Shirlene Martins. Na zona sul, 2ª linha abaixo, da esquerda para a direita: Recanto dos Pereiras, Marlene Pereira; Sítio Mãe Mona Maze, Mametu Mhuato Monamaze; Aldeia Kalipety, Jerá Guarani, São Paulo.



Fonte: (da esquerda para direita, de cima para baixo) Fotos: Luciana Itikawa, 2022; Luciana Itikawa, 2023; Quilombo Martins, 2023; Helen Evelin de Souza, 2024; Helen Evelin de Souza, 2025; Marília Santana 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa indicam, em primeiro lugar, que as hortas desempenham um importante papel fundamental na agro e sociobiodiversidade. Elas abrigam uma rica e importante coleção de espécies do patrimônio genético e cultural, por meio da produção e preservação de sementes e plantas crioulas nativas do bioma da Mata Atlântica, de outras regiões do Brasil, para fins alimentícios, culturais, religiosos e medicinais. Este patrimônio só é possível porque é preservado por comunidades, muitas delas sem segurança na posse dos seus locais de trabalho e moradia.

Em segundo, a AUP desempenha um papel na segurança e soberania alimentar tanto para os agricultores quanto para a comunidade local. O excedente de produção é direcionado para moradores da vizinhança e outros agricultores da região por meio da troca não capitalista de mudas, sementes e hortaliças.

Em terceiro lugar, as hortas desempenham um papel na autodeterminação e autonomia econômica das mulheres periféricas, articuladas em redes, que fornecem apoio técnico e mobilização coletiva

para reivindicar direitos, acesso a insumos; e na resistência ao racismo e no combate à invisibilidade do conhecimento ancestral associado às plantas.

Em quarto lugar, a AUP contribui com o microclima local no resfriamento dos espaços periféricos, quando combinados a outros elementos da paisagem, como a presença de represas e unidades de conservação ambiental, conforme estudo acima desenvolvido em parceria com o IAG-USP ao longo da pesquisa. As hortas compõem o sistema de espaços livres de infraestrutura verde e azul da cidade, portanto, precisam constar da política de saneamento ambiental. Em quinto, ainda há poucos jovens na atividade. De uma perspectiva ancestral, representam a continuidade e em breve se tornariam a principal fonte desse conhecimento.
Por último, são iniciativas contra-hegemônicas, na medida em que ocupam espaços públicos e privados ociosos, contrariando práticas excludentes, especulativas e predatórias, dando-lhes função social, econômica, ecossistêmica, cultural e climática.

AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, S. **Racismo, gênero e a questão ambiental**: uma análise das interseções entre as opressões estruturais. São Paulo: Editora Selo Negro, 2016.

GONZALEZ, L. Categoria Política-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro. N.º 92/93, jan./jun, 1988

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico de 2022**. IBGE, 2023. Disponível em: http://ibge.gov.br Acesso em: 29 jan. 2026.